



PREFEITURA DE

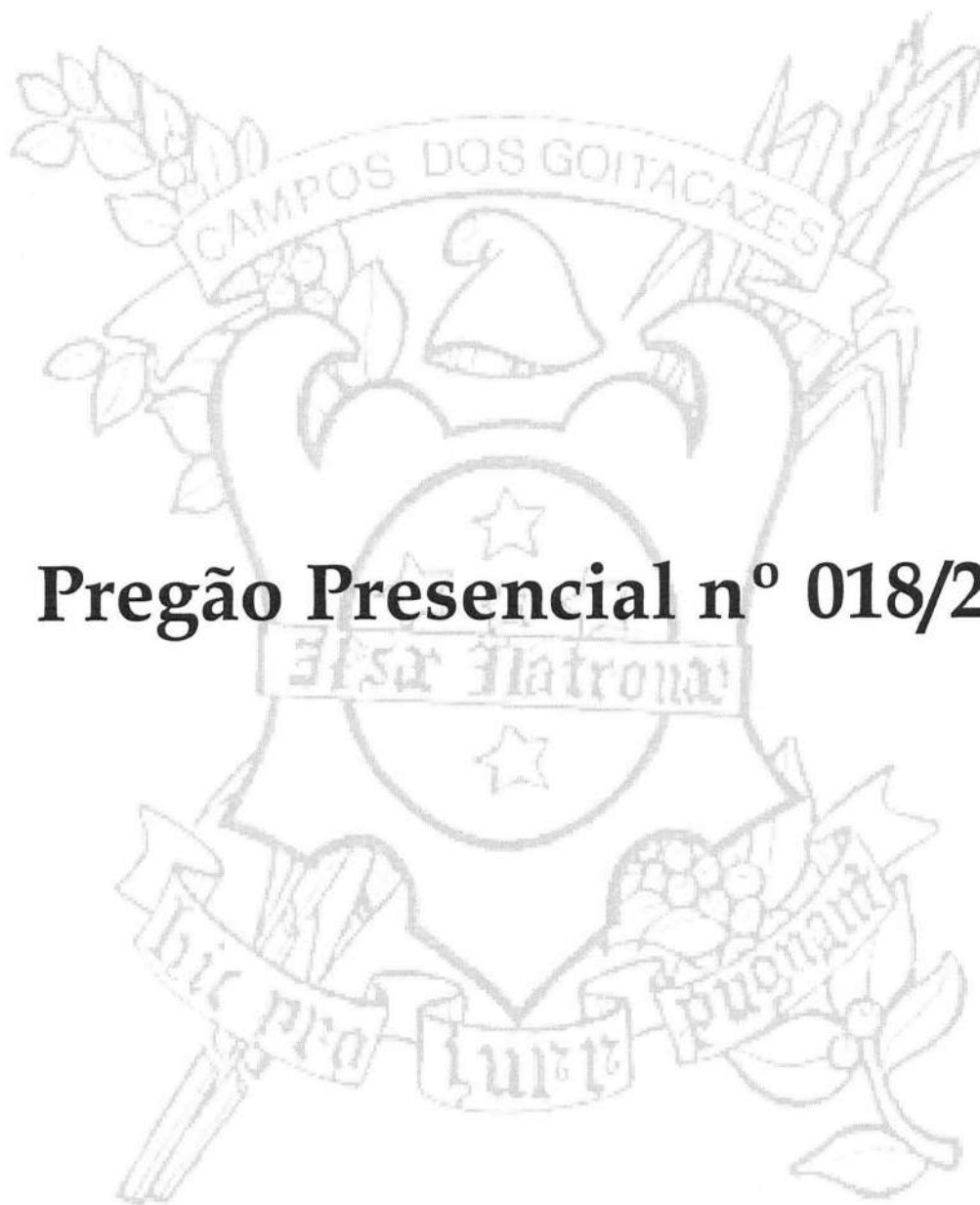
CAMPUS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOITACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Pregão Presencial nº 018/2022

40
Permanentemente
Leilão
Processo Nº

Processo nº 2022.021.000120-0-PR
Data: 28/09/2022



Pregão Presencial nº 018/2022



Processo nº 2022.021.000120-0-PR

1- PREÂMBULO

- 1.1-** Torna-se público para conhecimento dos interessados, que, na Sala de Reunião de Licitação da **Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes**, situada à Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado nº 47 - Parque Santo Amaro, telefone nº (22) 98175-2073, será realizada a licitação na modalidade Pregão Presencial, **EXCLUSIVO PARA A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE e COOPERATIVA EQUIPARADA**, cujo Edital recebeu o nº 018/2022, para a contratação do objeto abaixo descrito.
- 1.2-** A licitação será do tipo **menor preço** e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações da Lei nº 8.883/94, Decreto Municipal nº 65, de 16 de fevereiro de 2005, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e as cláusulas e condições constantes deste Edital.
- 1.3.** Os documentos para habilitação bem como a proposta deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, com identificação externa do seu conteúdo (**nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope**), às **10h (dez horas) do dia 19 de outubro de 2022**, no local indicado no subitem 1.1, ou no mesmo local e hora, no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na data marcada para realização desta licitação.
- 1.4. Integram este Edital, independentemente de transcrição:**
- 1.4.1- Formulário de Proposta - Anexo I**
- 1.4.2- Minuta de Contrato - Anexo II**
- 1.4.3- Modelo de Carta de Credenciamento - Anexo III**
- 1.4.4- Modelo de Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas - Anexo IV**
- 1.4.5- Modelo de Declaração de que cumpre os Requisitos de Habilitação - Anexo V**
- 1.4.6- Modelo de Declaração para Microempresa e EPP - Anexo VI**
- 1.4.7- Termo de Referência - Anexo VII**
- 1.5-** As empresas interessadas em retirar o presente Edital deverão fazer requerimento dirigido ao Pregoeiro solicitando a retirada, em papel timbrado (necessidade de conter os dados da empresa para comunicar, se necessário for, eventual alteração no Edital e seus anexos) e entregar 01 (uma) resma de Papel A4 ou poderão efetuar o download do Edital através do site oficial da PMCG, a saber, <https://campos.rj.gov.br/licitacoes.php>.





2- DO OBJETO

2.1 - O objeto da presente licitação é a **aquisição de equipamentos (cadeira e lavatório para cabeleireiro, secador e máquina de cortar cabelo, etc) para curso de estética para atender ao SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social - SMDHS**, descrito nos Anexos I e VII deste Edital.

3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1- Poderá participar desta licitação qualquer empresa especializada no ramo pertinente ao objeto desta licitação, legalmente constituída, desde que satisfaça as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

3.1.1 - A participação neste Pregão é exclusiva para **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE e COOPERATIVAS EQUIPARADAS**, conforme instituído pelo art. 48, I da Lei Complementar Federal nº 123/06 e Art. 55 da Lei Municipal nº 8.768/17.

3.1.2 - Entende-se por Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) aptas a participar do presente certame aquelas definidas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 e que não se enquadram em nenhuma das situações previstas no §4º deste mesmo art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

3.1.3 - Entende-se por Microempreendedor Individual - MEI apto a participar do presente certame aquele definido no Art. 18A da Lei Complementar nº 123/06 e regulamentado na Lei Complementar nº 128/08, sendo esta modalidade de Microempresa.

3.1.4 - Equiparam-se as ME e EPP as Sociedades Cooperativas de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o art. 34 da Lei 11.488/07.

3.1.5 - Deverão apresentar a Declaração de Enquadramento de ME ou EPP - Anexo VI - o licitante, para fins de obtenção dos benefícios previstos na Lei Complementar Federal nº 123/06 e suas alterações, declarando ser Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual ou Sociedade Cooperativa de Consumo nos termos da legislação vigente.

3.2- Não serão admitidas a esta licitação empresas sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar ou impedidas de licitar com a Administração Pública.

3.3- Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas para o mesmo fim.



Comissão Permanente	Fis..
43	
Assinatura:	
Processo: 018	

3.4- A participação neste Pregão importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

3.5 - Não será admitida a participação de Licitantes que não apresentarem a Declaração de Enquadramento de ME ou EPP - Anexo VI.

4- DO CREDENCIAMENTO

4.1- No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, **em original ou cópia autenticada**, conforme abaixo:

4.1.1- Se a empresa se fizer representar por seu sócio, deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis.

4.1.2- Quando MEI - Microempreendedor Individual, este deverá apresentar o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, disponível no www.portaldoempreendedor.gov.br.

4.1.3- Quando o licitante for Cooperativa Equiparada deverão ser apresentados os seguintes instrumentos: Cópia autenticada dos estatutos sociais e suas alterações posteriores; Ata de posse da atual diretoria, ambas devidamente registradas na Organização das Cooperativas Brasileiras ou em entidade estadual, se houver;

4.1.4- Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível, para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

- a. Carteira de Identidade ou documento equivalente que contenha foto do credenciado;
- b. Procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida ou Carta de Credenciamento com firma reconhecida, conforme modelo em anexo, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, documento este a ser apresentado, visando a comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.



4.1.5- Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao pregoeiro, no momento da licitação, **EM SEPARADO** dos envelopes de documentação e proposta, sob pena da empresa ser considerada sem representação. Em hipótese nenhuma será admitida a abertura dos envelopes para retirada ou inclusão de quaisquer documentos.

4.2- Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores.

4.3- As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, ou aquelas que, por qualquer razão, não conseguirem se credenciar no início da sessão, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, e desde que apresentem cópia autenticada do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação (esta com firma reconhecida), em separado dos envelopes de proposta e documentação.

4.4- As empresas licitantes que não fizerem o credenciamento, nas condições e forma previstas nos itens supramencionados, não terão participação ativa durante o presente certame, impedidas, portanto, de assinar e rubricar todo e quaisquer documentos e atas, solicitar vistas, esclarecimentos e informações, requerer impugnações e/ou reconsiderações, interpor recurso, inclusive aqueles relativos à fase de Habilitação, atos e decisões formais do pregoeiro.

4.5- O representante que estiver credenciado pela licitante, somente poderá ausentar-se do local de realização da sessão por motivo devidamente justificado e mediante autorização expressa do pregoeiro, sob pena da empresa ser considerada sem representação a partir daquele momento.

5- DA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - ME ou EPP

5.1 - As microempresas ou empresas de pequeno porte, para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei Municipal nº 8.768, de 11 de agosto de 2017, deverão declarar sua condição, sob as penas da lei, conforme Anexo VI deste Edital.

5.1.1. A declaração de que trata o subitem anterior deverá ser entregue ao pregoeiro em separado dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO".

5.2 - A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei Municipal nº 8.768, de 11 de agosto de 2017, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.

5.3 - Somente poderão usufruir dos benefícios dos arts. 42 a 48 da Lei Complementar nº 123 as ME's e EPP's devidamente credenciadas, de acordo com os itens 4 e 5, e presentes na sessão do pregão.



6- DA PROPOSTA

6.1- O Formulário Padronizado de Proposta, referido no subitem 1.4.1, ou Proposta Comercial Automática, ou ainda a proposta elaborada em papel timbrado da licitante deverá ser preenchido pela licitante onde constará:

- assinatura do representante legal da empresa;
- indicação obrigatória do preço, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, devendo ser computado neste valor todos os tributos, tarifas e despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como a marca e modelo do produto oferecido;
- Na hipótese de não constar na referida proposta a indicação de marca e/ou modelo do objeto cotado pela licitante, o pregoeiro solicitará que o representante da empresa declare qual é a marca e/ou modelo, para fins de registro na ata da sessão, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a contar da convocação pelo pregoeiro. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.

6.1.1- Na fase de julgamento das propostas, será verificada a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, podendo o Pregoeiro sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.2- Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital, além daquelas propostas onde não sejam legíveis ou apresentem rasura ou uso de qualquer tipo de corretivo nos valores em algarismo e/ou por extenso, devendo ser utilizado, **PREFERENCIALMENTE, a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA**, conforme arquivo entregue junto ao presente edital.

6.2.1 - Caso não seja apresentada a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, ressalte-se que a proposta da empresa, apresentada nos formatos previstos neste edital, não será desclassificada. Entretanto, cumpre destacar a importância do preenchimento (na forma automática) para celeridade da sessão pública.

6.3- A PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA deverá ser impressa e apresentada dentro do envelope de Proposta, bem como deve ser salva em CD / DVD / PEN-DRIVE - (O Pen-drive será devolvido a empresa, após a leitura da Proposta Comercial Automática), que também deverá constar no Envelope.

6.4- Sendo utilizado o papel timbrado da empresa licitante, esta deverá através de seu representante legal prestar declaração de que o objeto ofertado atende, **INTEGRALMENTE**, as especificações constantes no Edital. Na hipótese da referida declaração não constar da proposta, o pregoeiro solicitará que o representante legal declare de próprio punho na proposta comercial, no momento da abertura dos envelopes. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.

 6



6.5- Tanto o Formulário de Proposta (subitem 1.4.1) quanto a Proposta no papel timbrado da licitante, bem como a Proposta Comercial Automática, deverão ser acondicionados em envelope lacrado no qual se identifique, externamente, o nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope.

6.6- O CNPJ da proponente, habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

7- DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO

7.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das empresas licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o pregoeiro receberá, em envelopes distintos, devidamente lacrados, os documentos exigidos para proposta e a habilitação. Os envelopes deverão indicar o nome do proponente, o número deste PREGÃO e seu conteúdo: "PROPOSTA" - "DOCUMENTAÇÃO".

7.2- Aberta a sessão, o pregoeiro convocará os interessados ou seus representantes para que entreguem, não só os documentos de que trata o subitem anterior mas, toda documentação relativa a presente licitação, quer seja, a declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (podendo ser utilizado o modelo em anexo), toda documentação relativa ao credenciamento (vide item 4), além dos envelopes de "proposta" e "documentação". Tão logo se efetive a entrega destes documentos, o pregoeiro iniciará o credenciamento das licitantes. Terminado o credenciamento não serão admitidos novos licitantes ao presente certame.

7.2.1- No que tange aos documentos do credenciamento e a declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, por serem apresentados em separado dos envelopes, o pregoeiro poderá solicitar a complementação dos mesmos desde que a documentação faltante esteja em poder do representante presente a sessão.

7.3- As empresas que decidirem pelo envio do envelope, sem a participação na fase de lances, conforme definido na parte final do subitem 4.2, deverão encaminhar cópia autenticada do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, com firma reconhecida, bem como a Declaração de Enquadramento como ME ou EPP - Anexo VI, em envelope separado da documentação e proposta, para que se promovam as devidas verificações quanto aos citados documentos. A não apresentação de qualquer um dos dois documentos em questão acarretará no impedimento da empresa em participar do certame. Por outro lado, o licitante devidamente credenciado, que não apresentar a referida declaração, poderá preenchê-la de próprio punho na fase inicial do certame.

7.4- Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.



7.5- Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

7.6- No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer novos lances verbais, de valores distintos e decrescentes, até que as empresas licitantes manifestem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.7- Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.8- A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

7.9- É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.

7.10- A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela empresa para efeito de ordenação das propostas.

7.11- Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item 7.6, o pregoeiro, atendendo ao que estabelece o Art. 4º. Inciso IX da Lei nº 10.520/02, adotará os seguintes critérios:

7.11.1- Quando houver somente um preço válido proposto, o pregoeiro convocará as duas melhores propostas subsequentes, completando o número de três para que seus autores possam apresentar lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados;

7.11.2- Quando houver dois preços válidos propostos, o pregoeiro convocará somente uma proposta subsequente, visando completar o número de três, para que seus autores possam apresentar lances verbais, na forma do disposto na parte final do subitem 7.11.1;

7.11.3- Caso não haja representante credenciado, dentre as empresas convocadas para completar o número de três, na forma dos subitens 7.11.1 e 7.11.2, serão considerados os preços ofertados pelas empresas do envelope de proposta, para efeito de classificação final, não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais;

7.11.4- Somente será efetivada a competição, relativamente à oferta de lances verbais, com as empresas licitantes devidamente credenciadas, aptas para tal fim.



- 7.12- O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo pregoeiro, as empresas licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.
- 7.13- Encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**.
- 7.14- O pregoeiro efetuará o julgamento da proposta de **menor preço por item**, após o encerramento da etapa de lances e eventual exercício do direito de preferência, podendo negociar diretamente com o licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.
- 7.15- Somente serão aceitas propostas cujos preços sejam compatíveis com os praticados no mercado, **não sendo admitida, em hipótese nenhuma, a adjudicação do objeto por valor superior ao definido no subitem 15.1.**
- 7.16- Sendo aceitável o preço ofertado, o pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de **"HABILITAÇÃO"** da empresa que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item 8** deste Edital.
- 7.17- Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no **item 8** deste Edital.
- 7.18- No caso de inabilitação da proponente que tiver apresentado a melhor oferta **ou** de reprovação da amostra - quando for o caso - apresentada pela licitante, o pregoeiro reabrirá a etapa de lances na forma do **subitem 7.6 e seguintes**.
- 7.18.1- Encerrada a nova etapa competitiva e reordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**, sendo analisados os documentos habilitatórios da mesma.
- 7.18.2- Na hipótese desta licitante ser inabilitada, será novamente reaberta a etapa de lances, e assim sucessivamente, até que uma licitante atenda às condições fixadas neste Edital.
- 7.19- Ocorrendo a hipótese do **subitem 7.18**, o pregoeiro observará o disposto no **subitem 7.14** e poderá, ainda, negociar com a licitante no sentido de se obter melhor proposta.
- 7.20- Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a empresa licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo pregoeiro.
- 7.21- O pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.



7.22- Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todas as empresas licitantes presentes a final do Pregão.

8- DA HABILITAÇÃO

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;
- b) A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
- c) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;
- d) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;
- e) Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1- Registro Comercial, no caso de empresa individual;

8.1.2- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.1.2.1- Quando MEI - Microempreendedor Individual, este deverá apresentar o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI.

8.1.2.2- Quando o licitante for Cooperativa Equiparada deverão ser apresentados os seguintes instrumentos: Cópia autenticada dos estatutos sociais e suas alterações posteriores; Ata de posse da atual diretoria, ambas devidamente registradas na Organização das Cooperativas Brasileiras ou em entidade estadual, se houver;

8.1.3- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.1.4- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.1.5- Os objetivos sociais deverão estar em harmonia com o objeto ora licitado, sob pena de inabilitação.

8.2- REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA

8.2.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.2.2- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

8.2.3- Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

8.2.4- Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, bem como perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, (Certidão Negativa de Débitos - CND), exigida no artigo 47, inciso I, alínea "a", da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores;

8.2.5- Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.2.6- Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

8.2.7- Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

8.2.8- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Esta certidão poderá ser retirada através do site www.tst.jus.br/certidao;

8.2.9- Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

As licitantes deverão declarar que não empregam menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menor de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. A declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal deverá ser prestada nos termos do modelo em Anexo.





8.2.10- Deverão ser fornecidas Certidões Negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estaduais e Municipais apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade da licitante em relação à Dívida Ativa das citadas Fazendas; para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar prova de regularidade com a Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.

8.2.11- Quando o crédito tributário encontrar-se com sua exigibilidade suspensa, no lugar das Certidões Negativas de Débito pode-se apresentar Certidão Positiva com efeito de Negativa, segundo disposto no art. 206 do Código Tributário Nacional.

8.2.12- Os documentos relacionados no subitem 8.2 deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes.

8.2.13 - As **microempresas e empresas de pequeno** porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.2.13.1 - No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

8.2.13.2 - A não-regularização no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, na forma prevista pelo **subitem 7.18**.

8.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

8.3.1- Comprovação de capital social ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor final do(s) item(s) efetivamente vencido(s) pela empresa.

8.3.1.1- Caso a comprovação seja realizada através do patrimônio líquido, a licitante deverá apresentar o balanço patrimonial exigível na forma da lei.

8.3.1.2- Na hipótese de ser constatado, ao final da sessão, que os itens vencidos por algum licitante superam o limite estabelecido no subitem anterior, o pregoeiro oportunizará ao representante da empresa que informe em que item(ns) pretende figurar como detentor do registro.

8.3.1.3- Ocorrendo a hipótese do subitem anterior, o pregoeiro identificará o(s) item(ns) remanescente(s); encaminhará o(s) mesmo(s) ao(s) licitante(s) classificado(s) em 2º lugar (em cada item, conforme o caso), devendo, sempre que possível, negociar diretamente com o



respectivo(s) licitante(s) para que seja obtido preço melhor; e decidirá sobre a sua aceitação da oferta.

8.3.1.4- Fica estipulado que, ocorrendo o disposto no subitem 8.3.1.1 e estando a empresa sem representação (independente do motivo), caberá o pregoeiro definir os itens que serão registrados em favor da empresa, devendo ser dada preferência a ordem crescente da planilha de preços (Anexo I).

8.3.2- Certidão(ões) Negativa(s) de Recuperação Judicial - Lei 11.101/05 (falências e concordatas), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, a menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes, exceto quando dela constar o prazo de validade.

8.3.2.1- Para a licitante sediada na Cidade de Campos dos Goytacazes, esta prova será feita mediante apresentação de Certidão passada pelo Cartório Único de Registro de Distribuição, sendo dispensada a apresentação do documento exigido no subitem 8.3.3.

8.3.2.2- Caso a licitante esteja em processo de recuperação judicial, poderá apresentar, em substituição aos documentos exigidos nos subitens 8.3.2 e 8.3.3, certidão emitida pela instância judicial certificando sua aptidão econômica e financeira para participar de procedimento licitatório.

8.3.3- A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com a(s) certidão(ões) exigida(s), declaração/certidão passada pelo Foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falências ou concordatas. Em caso da declaração apresentar validade expressa, esta deverá ser observada. Por outro lado, se dela não constar prazo de validade, esta será de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

8.3.3.1- Na hipótese da Certidão de que trata o subitem 8.3.2 ser emitida pela Corregedoria ou órgão equivalente do respectivo Tribunal de Justiça, será facultativa a apresentação do documento solicitado no subitem anterior.

8.4- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.4.1 - Um ou mais atestado(s) de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado (este último com firma reconhecida), comprovando que já forneceu, de maneira satisfatória, equipamentos semelhantes ao objeto da presente licitação, observando-se que tal(is) atestado(s) não seja(m) emitido(s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações: Nome, CNPJ e endereço completo do emitente; Descrição do produto fornecido ou serviço prestado; Nome da empresa que prestou(s) o(s) serviço(s); Data de emissão; Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).



8.5- INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

8.5.1- Os interessados em participar desta licitação, inscritos no Cadastro da **PMCG**, (CRC), poderão substituir os documentos listados em 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3 pelo Certificado de Registro no referido Cadastro, devidamente atualizado.

8.5.1.1- Por Certificado de Registro devidamente atualizado, entenda-se aquele em vigor na data da realização desta licitação.

8.5.2 - As licitantes que entregarem o Registro Comercial Individual, Contrato, Estatuto Social ou documento equivalente, devidamente autenticados no momento do credenciamento, estão dispensadas da exigência do subitem 8.1 na fase de habilitação.

8.6- DA DOCUMENTAÇÃO

8.6.1- Os documentos exigidos para esta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação, estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto formalmente estabelecido. Os funcionários do Setor de Licitações não autenticarão documentos, cabendo o pregoeiro e/ou Comissão apenas as atribuições de receber, examinar e julgar os documentos. Os documentos e certidões emitidas pela Internet terão, conforme o caso, sua autenticidade verificada no momento do certame. Caso a licitante opte por entregar os documentos originais, tanto no credenciamento quanto no envelope de documentação, deve estar ciente de que aqueles não serão devolvidos em hipótese alguma.

9- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1- Declarada a empresa vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.1.2- O prazo para apresentação de recursos começará a contar após o prazo previsto para a Habilitação Diferenciada para ME e EPP, quando esta ocorrer, conforme item 8.2.13.1 deste Edital.

9.2- A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto ao resultado do certame, importará decadência do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

10- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



10.1- A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.

10.2- A falta de regularização da documentação no prazo previsto no subitem 8.2.13.1 sujeitará o licitante à aplicação das sanções previstas neste item.

10.3- O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.

10.4- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

10.5- Em caso de atraso no fornecimento, objeto desta licitação, poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a 1% (um por cento) sobre o valor total do material, por dia útil excedente.

10.6- Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

11- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1- A despesa correrá pelo Programa de Trabalho 08.244.0038.2122.0000, Fonte de Recurso 226 e pela Natureza de Despesa 449052.

12- DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

12.1 - PRAZO DE ENTREGA

12.1.1- O prazo para entrega do objeto será de 10 (dez) dias corridos, conforme subitem 8.4 do Termo de Referência (Anexo VII), elaborado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social.

12.1.2- O prazo a que se refere o subitem anterior começará a fluir no dia seguinte ao recebimento pela adjudicatária da **Ordem de fornecimento** a ser emitida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social.



12.1.3- Em se tratando de compras, o objeto será recebido:

- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

12.2- LOCAL DE ENTREGA

12.2.1- O licitante vencedor desta licitação terá que entregar o que lhe for adjudicado, no setor de patrimônio conforme item 8 do Termo de Referência (Anexo VII), elaborado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social.

12.3- FORMA DE FORNECIMENTO

12.3.1- O objeto desta licitação, se contratado, será fornecido de forma integral, conforme Termo de Referência.

13- DA CONTRATAÇÃO

13.1 - O prazo para assinatura do Contrato será de no máximo **03 (três) dias úteis**, contados da convocação do **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social** para a sua formalização, devendo a empresa estar portando os certificados de regularidade perante o FGTS, INSS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, ou certidão positiva com efeito negativo.

14- DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

14.1 - As solicitações de esclarecimentos ou providências a respeito de condições do edital tratadas no subitem anterior poderão ser protocoladas no **Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro - Campos/RJ, das 09 às 17 horas, de segunda à sexta-feira, exceto feriados do Município de Campos dos Goytacazes ou Nacionais ou através do seguinte e-mail: pregao@campos.rj.gov.br.**

14.2- Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa ou empresa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

14.3- As impugnações editalícias e interposições de recursos deverão ser, **OBRIGATORIAMENTE**, protocoladas no endereço supracitado.

15- DO VALOR

15.1- O valor total estimado pelo **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social**, para esta licitação, é de **R\$ 64.544,48** (sessenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos).



16- DO PAGAMENTO

16.1- Pelo fornecimento do objeto deste Edital, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social pagará à contratada, a importância total que vier a ser pactuada, até 30 dias após o fornecimento.

16.2- A contratada deverá apresentar a documentação legalmente exigível para a cobrança respectiva, até o 5º (quinto) dia útil da data final do período de adimplemento da parcela de obrigação, mediante requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Fazenda, através do Protocolo.

16.3- Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos em estrita observância à respectiva Nota de Empenho.

16.4 - O pagamento será efetuado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social à **CONTRATADA**, até 30º (trigésimo) dia corrido a contar da data final do período de adimplemento da obrigação respectiva, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes.

16.5 - O pagamento da obrigação, não sendo efetuado no prazo previsto no subitem 17.4 e, desde que o atraso decorra de culpa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) de multa calculado sobre a parcela devida. A compensação financeira será de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, calculada sobre a parcela devida.

16.6 - O pagamento da multa e da compensação financeira, a que se refere o subitem 17.5, será efetivado mediante autorização expressa do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Campos dos Goytacazes, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da contratada, dirigido a Ilustríssima Senhora Secretária Municipal de Desenvolvimento Humano e Social.

16.7- Caso a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social efetue o pagamento devido à contratada, em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida, 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de antecipação;

16.8 - Na hipótese da cobrança apresentar erros, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social devolverá os documentos equivocados à contratada, para fins de substituição.

16.8.1 - O pagamento, após apresentação da nova cobrança, será efetuado no prazo que remanescer dos 30 (trinta) dias a que se refere o subitem 17.4, sem a multa e a compensação financeira estipuladas no subitem 17.5;



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Pregão Presencial nº 018/2022

Comissão Permanente	Fls. 57
Licitação nº 018/2022	
Processo nº 2022.021.000120-0-PR	

Processo nº 2022.021.000120-0-PR
Data: 28/09/2022

16.9 - Fica vedado à contratada negociar, efetuar cobrança ou descontar a duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na contratante.

17- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1- Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

17.2- É facultado ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

17.3- O pregoeiro dirimirá as dúvidas que suscitem a presente licitação, desde que arguidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis contados da data fixada para abertura dos envelopes.

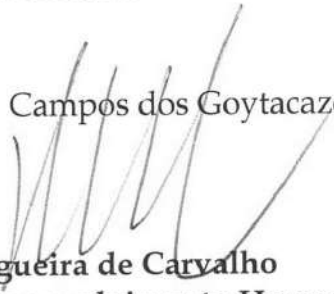
17.4- Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

17.5- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente.

17.6- O Município de Campos dos Goytacazes poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

17.7- Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Comarca de Campos dos Goytacazes, excluído qualquer outro.

Campos dos Goytacazes, 28 de setembro de 2022.


Rodrigo Nogueira de Carvalho
- Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano e Social -



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS CARVALHOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Pregão Presencial nº 018/2022

Processo nº 2022.021.000120-0-PR
Data: 28/09/2022

Anexo I - Proposta Comercial

ITEM	DESCRIÇÃO (conforme especificações do item 3 do Termo de Referência).	UNID	QUANT	MARCA	PREÇO UNITÁRIO EM ALGARISMO (R\$)	PREÇO TOTAL EM ALGARISMO (R\$)
Item 1 - Exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	Cadeira de cabeleireiro	UNID.	10			
Item 2 - Exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	Esterilizador de cristais para alicates, pinças, lims, tesouras etc.	UNID.	10			
Item 3 - Exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	Lavatório para cabeleireiro com torneira e mangueira, com assento e encosto de almofadas.	UNID.	10			
Item 4 - Exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	Máquina de acabamento, pente de corte ajustável, lâminas em aço inox, uso com ou sem fio, luz indicadora de carregamento.	UNID.	10			
Item 5 - Exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	Máquina de cortar cabelo profissional, com 6 pentes de cortes.	UNID.	10			
Item 6 - Exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	Modelador de cachos profissional 30mm (aprox.).	UNID.	05			
Item 7 - Exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	Prancha chapinha profissional.	UNID.	05			
Item 8 - Exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	Ring Light Led Iluminador 6 polegadas.	UNID.	04			



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Pregão Presencial nº 018/2022

Processo nº 2022.021.000120-0-PR

Data: 28/09/2022

ITEM	DESCRIÇÃO (conforme especificações do item 3 do Termo de Referência).	UNID	QUANT	MARCA	PREÇO UNITÁRIO EM ALGARISMO (R\$)	PREÇO TOTAL EM ALGARISMO (R\$)
Item 9 - Exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	Ring Light Led Iluminador 10 polegadas.	UNID.	04			
Item 10 - Exclusivo (art. 48, I, LC nº 123/06)	Secador de cabelo profissional 2200W.	UNID.	10			
Total da Proposta: R\$						
Total Geral da Proposta: R\$						

O preço acima considera todas as exigências contidas no Edital de Pregão Presencial nº 018/2022, e ainda, todos os custos com mão-de-obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre a aquisição.

A validade dos preços e condições desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data estabelecida no preâmbulo do Edital de Pregão Presencial nº 018/2022, para a abertura dos envelopes contendo a documentação e Proposta Comercial das licitantes.

A licitante formuladora desta proposta tem conhecimento integral do edital e seus anexos, inclusive das especificações que constam no Termo de Referência, elaborado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social.

Declaro, sob as penas da lei, que o(s) objeto(s) ofertado(s) atende(m) a todas as especificações constantes no Edital.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2022.

Assinatura do Representante
Legal ou Preposto da Licitante



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Pregão Presencial nº 018/2022

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 60
28/09/2022	

Processo nº 2022.021.000120-0-PR
Data: 28/09/2022

Anexo II – Minuta de Contrato

CONTRATO Nº ____/2022.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
SECRETARIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
_____.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL, com sede na Rua Travessa Santo Elias, 46, Jardim Carioca, Campos dos Goytacazes/RJ, inscrito no CNPJ/MF do Ministério da Fazenda sob o nº _____, doravante denominada, simplesmente, **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Senhor Secretário, _____, e a empresa _____, doravante denominado simplesmente, **CONTRATADA**, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ neste ato representada pelo seu _____, portador do documento de identidade nº _____, órgão expedidor _____, CPF nº _____, em decorrência do resultado da licitação nº **018/2022, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL**, ajustam entre si o presente **CONTRATO**, com fundamento na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação da Lei n.º 8.883/94, no Decreto Municipal nº 65, de 16 de fevereiro de 2005, de acordo com o processo nº **2022.021.000120-0-PR**, mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O objeto do presente é a aquisição de equipamentos para curso de estética para atender ao SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social - SMDHS, conforme descrito nos Anexos I e VII do edital.



CLÁUSULA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O **CONTRATANTE** obriga-se a:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;
- b) Resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos, no processo nº **2022.021.000120-0-PR** e em tudo o mais que se relacione com o fornecimento objeto deste **CONTRATO**, desde que não acarrete ônus para o **CONTRATANTE** ou modificação do instrumento;
- c) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta do presente Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste **CONTRATO**, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** é a responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, entendendo-se como ônus tributários o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital nº **018/2022**.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caberá ainda a **CONTRATADA**:

- I) arcar com todas as despesas referentes ao transporte, vertical e horizontal, bem como carga e descarga, de todos os bens objeto deste **CONTRATO**;
- II) entregar nos locais e prazos indicados pela **CONTRATANTE**;
- III) responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis, técnicos, empregados, prepostos ou subordinados;



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Pregão Presencial nº 018/2022

Comissão	Fls. 62
Assinatura	[Assinatura]
Assinatura	[Assinatura]

Processo nº 2022.021.000120-0-PR
Data: 28/09/2022

- IV) responder exclusiva e integralmente, perante o CONTRATANTE pelo fornecimento;
- V) responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- VI) substituir, às suas expensas e responsabilidade, os materiais que não estiverem de acordo com as especificações.
- VII) Comprovar, a cada fatura emitida, a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

CLÁUSULA QUARTA DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto deste **CONTRATO**, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância total de R\$ _____, já inclusos todos os custos relacionados com despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA DO PAGAMENTO

O pagamento do valor devido, conforme proposta da **CONTRATADA**, será efetuado, de forma parcelada, pelo **CONTRATANTE**, após cada entrega do objeto da licitação, até o 30º (trigésimo) dia, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal pela **CONTRATADA**, com a discriminação do objeto executado, devidamente atestada e visada pela administração do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A presente despesa, no valor global de R\$ _____, correrá por conta da Dotação Orçamentária existente nos Programas de Trabalho P.T. _____ e pela Natureza de Despesa _____, com cobertura através da Nota Empenho nº _____ de _____.

CLÁUSULA SÉTIMA DO REAJUSTE

O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação será fixo e irreajustável.



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Pregão Presencial nº 018/2022

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 63
Processo nº	2022.021.000120-0-PR
Data:	28/09/2022

Processo nº 2022.021.000120-0-PR
Data: 28/09/2022

CLÁUSULA OITAVA DAS PENALIDADES

Em caso da CONTRATADA ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais comunicações legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar a CONTRATADA multa administrativa graduável conforme a gravidade da inflação, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA ficará sujeita, em caso de atraso na execução do objeto, à multa moratória de até 1% (um por cento) sobre o valor total do fornecimento, por dia útil excedente ao prazo estabelecido.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA NONA DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da aplicação das sanções definidas na cláusula anterior caberão os recursos previstos no art.109 da lei nº 8666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindindo, mediante notificação, sem prejuízo do disposto na Cláusula Oitava.

PARÁGRAFO ÚNICO. Ficarà o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado na execução do objeto contratado;
- b) Paralisação da entrega sem justa causa ou previa comunicação à administração;
- c) Subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência total ou parcial sem a prévia anuência do CONTRATANTE, bem como fusão, cisão ou incorporação que afete a execução do presente Contrato;



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Pregão Presencial nº 018/2022

Comissão	Fis..
64	may

Processo nº 2022.021.000120-0-PR
Data: 28/09/2022

- d) Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como a de seus superiores;
- e) Cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato;
- f) Decretação de falência;
- g) Dissolução da empresa;
- h) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que, a juízo da administração, prejudique a execução deste Contrato;
- i) Protesto de títulos ou emissão de benefícios sem a suficiente provisão, que caracterize a insolvência da **CONTRATADA**;
- j) Razões de relevante interesse e amplo conhecimento público;
- k) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO PRAZO DE ENTREGA

O prazo total para entrega do objeto deste contrato é de 10 (dez) dias corridos, de forma integral, de acordo com o Termo de Referência (Anexo VII do edital da licitação).

PARÁGRAFO ÚNICO - A contagem do prazo contratual terá início no dia seguinte ao recebimento, pela **CONTRATADA**, da ordem formal autorizando o início da execução contratual, a ser emitida pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA FORMA DE FORNECIMENTO

O objeto deste contrato será fornecido de forma integral, nos termos do Termo de Referência (Anexo VII).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA PUBLICIDADE

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Pregão Presencial nº 018/2022

Comissão	Fls..
65	ma

Processo nº 2022.021.000120-0-PR
Data: 28/09/2022

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DA VINCULAÇÃO À LICITAÇÃO

O presente instrumento foi lavrado em decorrência da licitação modalidade Pregão nº 018/2022, ao qual se vincula, bem como aos termos da proposta de preços da CONTRATADA, que faz parte integrante desta avença como se transcrito fosse e respectivos anexos do processo administrativo nº 2022.021.000120-0-PR.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente **CONTRATO**, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Campos dos Goytacazes, ____ de ____ de 2022.

Contratante:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Contratada:

Testemunhas:



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Pregão Presencial nº 018/2022

Comissão	Fls.
Representante	66
Assessor	ma

Processo nº 2022.021.000120-0-PR
Data: 28/09/2022

Anexo III - Carta de Credenciamento (Modelo)

CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr (a)
....., portador (a) da Cédula de Identidade
nº e CPF sob o nº, a participar da
Licitação instaurada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, na
modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº 018/2022**, suprarreferenciada, na qualidade de
Representante legal da Empresa, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da
empresa, **bem como formular propostas,**
negociar preços, interpor recursos, desistir de sua interposição, assinar contratos e praticar
os demais atos inerentes ao certame.

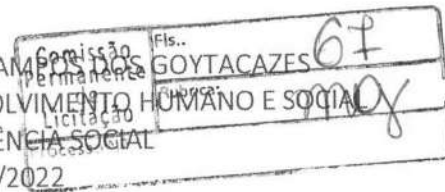
Campos dos Goytacazes, de de 2022.

Representante legal da empresa com firma reconhecida



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Pregão Presencial nº 018/2022



Processo nº 2022.021.000120-0-PR
Data: 28/09/2022

Anexo IV - Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas (Modelo)

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Presencial nº 018/2022

.....
(nome da empresa)
inscrita no CNPJ/MF sob o número....., por intermédio de seu
representante legal o (a) Sr (a).....,
portador (a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº
....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999,
que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e
não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Emde.....de 2022.

Representante legal da empresa

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Pregão Presencial nº 018/2022

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 68
Data: 28/09/2022	

Processo nº 2022.021.000120-0-PR
Data: 28/09/2022

Anexo V – Declaração que Cumpre os Requisitos de Habilitação

(Modelo)

DECLARAÇÃO

.....
(nome da empresa)
CNPJ ou CIC nº, declara, sob as penas da Lei e em cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/02, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital da licitação por **PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2022**.

Campos dos Goytacazes, de de 2022.

Representante legal da empresa



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Pregão Presencial nº 018/2022

Comissão Permanente	Fls. 69
LICITAÇÃO	ma

Processo nº 2022.021.000120-0-PR
Data: 28/09/2022

Anexo VI - Declaração de Enquadramento de ME ou EPP
(Modelo)
DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Presencial nº 018/2022

.....(razão social do licitante) com endereço na

inscrita no CNPJ/MF sob o número vem, pelo seu representante legal infra-assinado, sob pena de submeter-se à aplicação das sanções definidas nos arts. 7º e 9º, da Lei nº 10.520/02, **declarar** que cumpre os requisitos legais para efeito de enquadramento como Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), estando apta a usufruir dos direitos de que tratam a Lei Complementar Federal nº 123/06 e suas alterações, bem como a Lei Municipal nº 8.768/17 e **não incide em qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da referida da Lei Complementar**, sendo considerada:

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

() Sociedade Cooperativa de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o art. 34 da Lei 11.488/07.

Em de de 2022.

Representante legal da empresa



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Pregão Presencial nº 018/2022

Comissão Permanente	Fls. 10
	may

Processo nº 2022.021.000120-0-PR
Data: 28/09/2022

Anexo VII – Termo de Referência



Comissão Permanente de Licitação	Fls..	1
	Subscrição:	max
Processo Nº		

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Este Termo de Referência, elaborado nos termos das disposições das Leis Federais 10.520/02 e 8.666/93, tem por objeto definir o conjunto de elementos que nortearão o procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial pelo MENOR PREÇO UNITÁRIO, visando aquisição de **EQUIPAMENTOS PARA CURSO DE ESTÉTICA**, para atender o SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos conforme especificações técnicas e quantitativas constantes neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

O objeto da contratação será composto por 10 itens de equipamentos para estética, para serem utilizados na oficina de técnicas vivenciais de imagem pessoal ofertada no SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos executado inicialmente em cinco CRAS – Centro de Referência da Assistência Social existentes no município de Campos dos Goytacazes (Chatuba, Custodópolis, Jardim Carioca, Matadouro e Parque Guarus). As pessoas referenciadas nestes Cras que quiserem participar do SCFV serão encaminhadas para quatro Centros de Convivência localizados nos seguintes bairros: Centro, Santa Rosa (Praça CEU), Parque Guarus e Custodópolis.

O SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos atende ao público a partir dos 06 anos, divididos em faixas etárias, a saber: de 06 a 15 anos, de 15 a 17 anos, de 18 a 29 anos, de 30 a 59 anos e idosos acima de 60 anos. A oficina de técnicas vivenciais de imagem pessoal será ofertada para o público de 18 a 59 anos.

O curso está estruturado para renovar as suas inscrições a cada três meses (ciclo) com novos integrantes nos grupos que tem capacidade para atender a 120 pessoas por ciclo.

Ao final de dois ciclos de execução do serviço pretende-se alcançar um total de 240 pessoas beneficiadas.



Comissão Permanente de Licitação
Fls. 12
Rubrica: mg
Processo Nº

Os materiais serão distribuídos conforme a necessidade de utilização nas unidades, de modo a instrumentalizar os trabalhos. Vide quadro abaixo:

Unidade	Cadeira de Cabelereiro	Esterelizador	Lavatório	Máquina de acabamento	Máquina de corte	Modelador de cachos	Prancha	Ring Light Led Iluminador 6 polegadas	Ring Light Led Iluminador 10 polegadas	Secador
Centro de Convivência Centro	3	2	2	2	2	1	1	1	1	2
Centro de Convivência Parque Guarus	2	2	2	2	2	1	1	1	1	2
Centro de Convivência Custodópolis	3	2	2	2	2	1	1	1	1	2
Centro de Convivência Praça Ceu	2	2	2	2	2	1	1	1	1	2
Total	10	8	8	8	8	4	4	4	4	8

Ressalta-se que a máquina de acabamento, máquina de corte, modelador de cachos, prancha e secador, estarão sendo adquiridos de modo a completar o material já disponível. As cadeiras de cabelereiro serão adquiridas em sua necessidade total de uso, distribuídas de acordo com o espaço disponível em cada Centro de Convivência. O esterelizador e lavatório serão 02 por unidade, visto que não ficarão ocupados durante todo o tempo da atividade, podendo seu uso ser compartilhado. Os Ring Light Led Iluminador serão um de 06 e um de 10 polegadas por unidade. Os equipamentos solicitados serão montados em salas tipo laboratórios com condições elétricas e hidráulicas para recebê-los.

Os laboratórios construirão um espaço para a vivência de técnicas nas áreas de profissões que trabalham com a imagem das pessoas (barbeiro, escovista, trancista, maquiador/a, extensão de cílios, designer de sobrancelhas e manicure), essas aprendizagens compõem as atividades da oficina de imagem pessoal que trabalham temas relacionados a identidade, valorização das raízes culturais e sociais e sua influência na construção da imagem de cada indivíduo, dentre outras temáticas relativas aos percursos do SCFV para este ciclo etário.

Assinatura: [Assinatura]
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social
Protocolo: 40.442



Comissão Permanente de Licitação	Fis.:	13
	Rubrica:	ma
Processo Nº		

15

ma

Podemos esclarecer que ao falarmos sobre o tema "construção da identidade" estaremos proporcionado aos participantes um contato direto com profissionais das áreas de imagem, de modo a compreenderem estas profissões e a sua relação direta com a valorização da identidade cultural e social do cliente que atendem na composição de sua imagem pessoal, neste prisma cumprimos a proposta do SCFV que é proporcionar aos participantes deste ciclo etário, o desenvolvimento de competências específica básica sobre o mundo do trabalho, além de proporcionar um espaço compartilhamento de experiências, habilidades e saberes. Neste momento, os participantes estarão em contato não só com as questões elencadas acima, como também, serão trabalhados temas relativos aos aspectos financeiros e relações de trabalho, de cada uma destas profissões que compõem o mundo da imagem pessoal.

Diante do exposto, os equipamentos serão utilizados nas atividades com demonstrações de tipos de cortes, penteados, maquiagens, acabamento de unhas e sobrancelhas que demonstram a identidade de cada participante e as técnicas aplicadas em como conhecer a identidade e valorizá-las na composição da imagem de cada indivíduo que conhecemos e convivemos.

Os laboratórios equipados oportunizará a articulação da rede, pois estarão abertos a parcerias com instituições que ofertam cursos profissionalizantes com a proposta de descentralizar a oportunidade de capacitação profissional ofertada por estas instituições, cumprindo com um dos objetivos da política de assistência social, o de promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos.

A abertura dos laboratórios de vivências para parcerias com outras políticas setoriais oportunizará a integração o espaço de execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos às necessidades do território em relação à capacitação profissional.

3. QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

A equipe transdisciplinar juntamente com os Diretores e Gerentes da Secretaria



Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, com o objeto de manter em funcionamento do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos realizaram uma avaliação geral das necessidades de equipamentos para curso de estética para o presente exercício, conforme detalhamento abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT
01 ITEM EXCLUSIVO Art. 48,I, LC 123/06	Cadeira de Cabeleireiro. Características: Encosto fixo, apoio para os pés. Medidas: altura máxima total 116cm, altura mínima 100 cm, altura máx. Do assento 70 cm, altura min, do assento 54 cm, largura total 62cm, largura do assento 48 cm, largura entre braços 96 cm. Peso suportado 150 kg. Peso aproximado do produto 35 kg. Material: curvin na cor preta, espuma densidade 33, estrutura em aço, braços em madeira e estofado. Itens inclusos: apoio para cabeça.	UNID.	10
02 ITEM EXCLUSIVO Art. 48,I, LC 123/06	Esterilizador de cristais para alicates, pinças, limas, tesouras etc. Com temperatura de até 250°. Os objetos que pretende esterilizar devem estar no seu interior apenas entre 20 a 30 segundos. Com esta exposição tão curta e devido a ação das microesferas nos instrumentos os efeitos negativos pelas temperaturas elevadas são eliminados.	UNID.	10
03 ITEM EXCLUSIVO Art. 48,I, LC 123/06	Lavatório para cabeleireiro, com torneira e mangueira, com assento e encosto de almofadas.	UNID.	10
04 ITEM EXCLUSIVO Art. 48,I, LC 123/06	Máquina de acabamento, pente de corte ajustável, lâminas em aço inox, uso com ou sem fio, luz indicadora de carregamento.	UNID.	10
05 ITEM EXCLUSIVO Art. 48,I, LC 123/06	Máquina de cortar cabelo profissional com 6 pentes de cortes; potencia 9w; lamina de ácido inoxidável; bateria de lítio de 2000MA recarregável; tensão: (100 - 240v) 50hz/60hz; Com led de indicador de bateria.	UNID.	10



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

SECRETARIA MUNICIPAL
DE DESENVOLVIMENTO
HUMANO E SOCIAL

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 15
Processo Nº	Subscrição: max

17

Cm

06 ITEM EXCLUSIVO Art. 48, I, LC 123/06	Modelador de cachos profissional 30mm (Aprox.); cabo 360° com 3 metros (Aprox.) bivolt, automático; Tecnologia cerâmica com led de indicador ligado/desligado.	UNID.	05
07 ITEM EXCLUSIVO Art. 48, I, LC 123/06	Prancha chapinha profissional, tecnologia Íon, bivolt, display digital, largura aproximada de 32cm, temperatura máxima de 450°F, marca nacional.	UNID.	05
08 ITEM EXCLUSIVO Art. 48, I, LC 123/06	Ring Light Led Iluminador 6 polegadas. Características: Ring Light com Aro de 16 cm (6 polegadas). Ângulo ajustável e suporte articulado e um tripé com rotação 360. Três tipos de iluminação de luz: quente, morno e frio. Ajuste de intensidade do brilho com 07 níveis. Baixa produção de calor, com luzes de led de longa duração e nenhuma radiação ultravioleta ou luz infravermelha. Itens inclusos: 01 Ring Light, com controle e cabo USB. 01 Adaptador Ball Head. 01 Suporte de celular. 01 Tripé de mesa. 01 Tripé de chão: altura mínima 40 cm, altura máxima 2,10m. Dimensões do produto: Tripé de chão fechado: Aproximadamente 6 cm de altura x 6cm de largura x 68cm de comprimento. Tripé de mesa: Aproximadamente. 13,5cm de altura x 3,5cm de largura. Suporte de Celular: Aproximadamente: 17cm de altura x 3cm de largura. Iluminador: Aproximadamente 16 cm de diâmetro x 2,5cm de profundidade. Especificações: Cor estrutura: Preto. Voltagem: Bivolt (Cabo USB). Material: liga de alumínio/ABS. Fonte de luz: LED SMD. Lâmpadas de LED: 64 pçs. Forma: Aro. Alimentação: Iluminador: Cabo USB, comprimento 188 centímetros.	UNID.	04
09 ITEM EXCLUSIVO Art. 48, I, LC 123/06	Ring Light Led Iluminador 10 polegadas. Características: Ring Light com Aro de 26cm (10 polegadas). Angulo ajustável e suporte articulado e um tripé com rotação 360. Três tipos de iluminação de luz: quente, morno e frio. Ajuste de intensidade do brilho com 07 níveis. Baixa produção de calor, com luzes de led de longa duração e nenhuma radiação ultravioleta ou luz infravermelha. Itens inclusos: 01 Ring Light, com controle e cabo USB. 01 Adaptador Ball Head. 01 Suporte de celular. 01 Tripé de mesa. 01 Tripé de chão: altura mínima 40cm, altura máxima 2,10m. Dimensões do produto: Tripé de chão fechado: Aproximadamente 6 cm de altura x 6cm de largura x 68cm de comprimento. Tripé de mesa: Aproximadamente. 13,5cm de altura x 3,5cm de largura. Suporte de Celular: Aproximadamente: 17cm de altura x 3cm de largura. Iluminador: Aproximadamente 26	UNID.	04



Comissão
Permanente
de
Licitação
Processo Nº

Fls. 16
Rubrica:



	cm de diâmetro x 2,5cm de profundidade. Especificações: Cor estrutura: Preto. Potência: 25 W MAX. Voltagem: Bivolt (Cabo USB). Material: liga de alumínio/ABS. Fonte de luz: LED SMD. Lâmpadas de LED: 64 pçs. Forma: Aro. Alimentação: Iluminador: Cabo USB, comprimento 188 centímetros.		
10 ITEM EXCLUSIVO Art. 48, I, LC 123/06	Secador de cabelo profissional 2200W tecnologia Íon; 02 velocidades; 3 níveis de temperatura; garantia mínima de 6 meses.	UNID.	10

Obs: O quadro acima foi feito com base na especificação mínima do item, informado pelo Departamento requisitante, para que fosse feita a cotação prévia de mercado e chegarmos ao descritivo da proposta de preços, definido conforme a Lei Complementar 123/2006 que Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e Lei Municipal nº 8.768/17.

4. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Será adotado como critério de julgamento das propostas, o Menor Preço Unitário.

5. EXECUÇÃO CONTRATUAL

A execução do objeto será de forma direta, por preço unitário, conforme Lei 8.666/93.

6. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O objeto deste Termo de Referência será custeado através de recursos das seguintes DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Programa de Trabalho **08.244.0038.2122.0000**

Natureza de Despesa **449052**

Fonte de recurso: **226**

7. AMOSTRA

7.1- A empresa vencedora deverá apresentar no Setor de Compras da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após o término da sessão de licitação, a ficha técnica dos equipamentos a serem fornecidos, em



Comissão Permanente de Licitação	Fis.:	FF
	Subscrição:	may
	Processo Nº	



conformidade com a proposta apresentada no certame, onde a mesma será avaliada para que, em seguida, haja a adjudicação do objeto. Ressalte-se que a apresentação dos documentos em voga tem o condão de verificar a compatibilidade dos equipamentos ofertados com exigências contidas no Termo de Referência.

7.2- A não apresentação dos catálogos, folders, rótulos, ficha técnica ou outro documento equivalente, implica na desclassificação da licitante quanto ao (s) item (s) ofertado (s), devendo ser convocado o próximo licitante mais bem classificado que atenda às exigências deste termo de referência.

8. DA ENTREGA

8.1- A entrega dos equipamentos deverá ser agendada no telefone de contato (22) 981470046 no setor de patrimônio;

8.2- O horário de entrega será de 08:00 as 15:00h, de 2ª feira a 6ª feira;

8.3- No ato da entrega, o prazo de garantia mínima dos equipamentos deverá respeitar o prazo legal.

8.4- O prazo de fornecimento dos equipamentos será de 10 (dez) dias corridos e começará a fluir a partir do 1º (primeiro) dias útil seguinte após o do recebimento, pela contratada, da autorização do fornecimento;

8.5- Os equipamentos entregues que estiverem em desacordo com as especificações deste Termo de Referência e apresentarem algum defeito, seja ele de fábrica ou transporte, será devolvido à empresa para troca imediata.

9. FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE deverá designar um servidor da SMDHS, que fiscalizará e acompanhará o cumprimento do contrato baseado neste Termo de Referência, cabendo a este o recebimento dos equipamentos, a conferência e aceite de relatórios e ainda o atesto da Nota Fiscal.



Comissão Permanente de Licitação	Fis.: 48
	Subscrição: mg
Processo Nº	

20
cmh

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida em 1 (uma) via, na data de entrega do equipamento, para fins de liquidação e pagamento. A nota fiscal deverá conter os seguintes dados: especificação dos equipamentos, número de contrato, número de nota de empenho e dados bancários;

10.2. A atestação da nota fiscal/fatura correspondente à entrega do serviço caberá ao fiscal do contrato ou a outro servidor designado para esse fim;

10.3. O pagamento será efetuado à medida que os fornecimentos forem realizados no 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da data final do período de adimplemento da obrigação, cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas;

10.4. À CONTRATANTE reserva-se, ainda, o direito de somente efetuar o pagamento após a atestação de que a entrega foi executada em conformidade com as especificações do contrato;

10.5. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Fornecer os equipamentos na sede da Secretaria de Desenvolvimento Humano Social, no horário agendando conforme o item 8.1.

11.2. Cumprir todos os prazos de entrega do edital e seus anexos;

11.3. Se responsabilizar por todas as despesas e encargos de mão-de-obra, de transporte e impostos etc.;

11.5. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto do edital.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

SECRETARIA MUNICIPAL
DE DESENVOLVIMENTO
HUMANO E SOCIAL
Município de Campos - RJ



Comissão Permanente de Licitação	Fls. 79
	Assinatura: <i>may</i>
Processo Nº	

21
cmh

- 12.1. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no edital;
- 12.3. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços;
- 12.4. Promover o acompanhamento e fiscalização da entrega do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.5. Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital.

13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado com firma reconhecida, comprovando que a licitante já forneceu o equipamento compatível com o objeto deste Termo de Referência.

Campos dos Goytacazes, 04 de agosto de 2022.

Ana Paula
Ana Paula Manhães Barreto
Gerente de Compras
Mat.: 40.324

Ana Paula
Ana Paula Manhães Barreto
Gerente de Compras
Mat.: 40.324

Dr. Rodrigo
Dr. Rodrigo Nogueira de Carvalho
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano e Social
MAT.: 40.442

Dr. Rodrigo
Dr. Rodrigo Nogueira de Carvalho
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano e Social
MAT.: 40.442